



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 /2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 16ª Reunião Ordinária

Data: 14/11/2007, das 09 às 14h.

Local: Sala de reuniões da Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Ana Carolina Querino – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)
- Ana Koatz – MCid
- Andréa Butto Zarzar – MDA
- Célia Maria farias Vieira - MDS
- Danielle Cancela Cronemberger - MPOG
- Fábiana Oliveira M. de Souza – SPM
- Ivanisa Martins – Casa Civil
- Kátia Cristina Favilla – MMA
- Kátia Maria Borges Fidalgo – Mcid
- Lia Zanotta - CNDM
- Luana Simões Pinheiro – SPM
- Luciana de Oliveira Machado - MMA
- Luciane Canto da Rosa - MJ
- Maria das Graças Batista Carvalho – SPM
- Maria Márcia S. Leporace – SPM
- Maria Beatriz de Faria – MME
- Maria Elisa Almeida Brandt – MEC
- Mônica Rodrigues - MDS
- Natália de Oliveira Fontoura – Ipea
- Rosana Oliveira – MEC
- Sônia Malheiros Miguel – SPM
- Stella Regina Taquette – SPM
- Valquíria Martins Borges – SPM
- Vera Lúcia – MS

Pauta:

1) Apresentação das/os integrantes.

2) Avaliação da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

2.1.. As manifestações das(os) participantes da reunião a respeito da II CNPM giraram em torno dos seguintes pontos:

- o O pouco conhecimento que as próprias delegadas tinham do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM);
- o A necessidade de que a delegação da SPM ficasse envolvida na resolução de problemas de infra-estrutura, em detrimento da discussão de questões políticas e da participação nos trabalhos de grupo e na plenária (MDA);
- o A realização de uma plenária final confusa e sem liderança para a delegação governamental que, muitas vezes, não sabia como votar (Mcid);
- o Em relação à participação da delegação governamental, colocou-se, também, que o debate na pré-conferência governamental foi muito genérico e que não houve, assim, uma preparação adequada das delegadas do governo federal. Contribuiu para isso uma falta de clareza em relação ao papel do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano. Ao longo dos 3 anos de seu funcionamento, houve poucos debates de fundo sobre a implementação do Plano e “perdeu-se” muito tempo na discussão do Sistema de Acompanhamento. Se o Comitê tivesse tido uma atuação mais forte e tivesse produzido uma boa avaliação sobre o I PNPM a plenária governamental teria sido bastante melhor (MDA). Nesse sentido, a representante da SPM destacou a necessidade de que o Comitê tenha discussões políticas de peso e que contribua para que as decisões tomadas no coletivo ecoem nos ministérios, ou seja, que o Comitê seja fortalecido nos setoriais (SPM). Já a representante do MEC acrescentou que todas as articulações que a SPM faz nos diferentes ministérios estão dispersas para os membros do Comitê e que é fundamental que estas pessoas tenham uma visão do conjunto da atuação da SPM na promoção de políticas para as mulheres em todos os setoriais (MEC);
- o A aplicação de uma metodologia falha:
 - Houve um extenso debate sobre os avanços e desafios do I PNPM que acabou não levando a lugar nenhum e retirou tempo da discussão sobre as ações do Plano (MEC);
 - Houve uma discussão desnecessária em torno da redação dos eixos, das diretrizes e prioridades, que pode acabar acarretando problemas políticos no momento da sistematização das contribuições advindas da Conferência, pois cada palavra foi bastante discutida nos grupos e na plenária (IPEA);
 - O trabalho nos grupos foi confuso e pouco produtivo (SPM);
 - Houve uma sobrecarga nos conteúdos, ou seja, se propôs uma discussão de um número muito grande de temas, sem que se tivesse a clareza necessária de como abordá-los. Este, na avaliação da representante do MDA, foi o principal erro de todo o processo, pois trouxe problemas tanto nas etapas preparatórias (falta de orientação clara para os trabalhos e conseqüente não-uniformidade no material que chegou para a Conferência Nacional), quanto na etapa Nacional, nos trabalhos em grupo (MDA).

- o A ampliação da participação social, pois um número significativamente maior de mulheres tomou parte da II CNPM, seja na etapa nacional, seja nas etapas estaduais e municipais/regionais. No entanto, há que se pensar se esse aumento na participação deve ocorrer no nível nacional, ou talvez seja melhor que se garanta uma ampliação do espaço nas etapas preparatórias (proposta de conferências regionais, entre as estaduais e a nacional), mas que na etapa nacional o número de delegadas seja menor, mas com uma qualificação maior (SPM). O tamanho da Conferência Nacional foi motivo de uma série de comentários críticos por parte de várias das presentes.
- o Ainda em relação à mobilização social, destacou-se a necessidade de se pensar em processos de qualificação para as delegadas que vierem para a etapa Nacional, pois não há garantias de que das conferências estaduais/municipais venham delegadas com alta qualificação para discutir políticas públicas (MDA).
- o A avaliação crítica que se fez das conferências estaduais e municipais/regionais, nas quais se solicitou que fosse feita uma avaliação do Plano que, de fato, não ocorreu. Há um reconhecimento pela SPM de que essa avaliação deveria ter sido coordenada e acompanhada mais de perto pela Coordenação Nacional, de modo a que se pudesse garantir uma uniformidade nos processos (SPM);
- o A representante do Ministério das Cidades sugeriu, ainda, que se pensasse a respeito da possibilidade de se ter uma chefe de cada delegação estadual, que facilitasse a articulação e as negociações na Conferência Nacional (Mcid).

2.2. Por fim, em relação aos desdobramentos da II CNPM, a Subsecretária de Articulação Institucional informou que há uma compreensão da SPM de que para além da realização de pactuações do II Plano com estados e municípios – estratégia adotada para tentar assegurar a implementação do I PNPM – é necessário estimular a elaboração de planos estaduais de políticas para as mulheres. Estes, sim, teriam maior probabilidade de garantir a necessária estadualização do Plano Nacional.

3) Definição das linhas gerais do II PNPM

3.1. Em relação à periodicidade das Conferências Nacionais, colocou-se a possibilidade de que sejam realizadas a cada 4 anos e não mais a cada 3 anos, como previsto. Nesse caso, a próxima CNPM ocorreria em 2011, já sob um novo governo.

A favor da realização da Conferência em 2011, apontou-se que, desse modo, manteríamos uma uniformidade temporal com o PPA. No entanto, enfrentaríamos o mesmo problema enfrentado com a II CNPM que é a impossibilidade de se ter as deliberações da Conferência a tempo de serem incorporadas à proposta de novo PPA. Ademais, estaríamos em um novo governo recém-iniciado e isso traria uma série de complicadores para a realização da III CNPM.

Já a favor da Conferência em 2010 apontou-se que manteríamos a periodicidade acordada, bem como a governabilidade sobre a sua realização. Por outro lado, a mesma seria realizada em um ano de eleições presidenciais e no ano em que a XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe será realizada no Brasil. Assim, a III CNPM teria que ser realizada ainda no 1º semestre.

3.2. A respeito da estrutura do Plano, acordou-se que a mesma não será alterada, uma vez que foi deliberada na II CNPM e não foi apresentada qualquer alternativa para sua modificação.

3.3. Passou-se então à definição das **orientações gerais** que nortearão o trabalho do Comitê na elaboração do II PNPM:

- O texto introdutório do Plano deve considerar os avanços e as dificuldades do I PNPM debatidos na II CNPM, bem como o texto “Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres” do roteiro de discussão das Conferências Municipais e Estaduais;
- As deliberações da II CNPM – tanto em relação à redação, quanto às prioridades aprovadas, devem ser consideradas pelo Comitê no processo de construção do Plano, mas não se constituem em amarras, podendo o Comitê ser flexível em relação ao conteúdo dos Eixos;
- Os Eixos 10 (Racismo, sexismo e lesbofobia) e 11 (Desigualdades geracionais) serão tratados como eixos estruturantes e transversais e se constituirão em eixos teóricos sem plano de ação, mas nos quais serão apresentadas as ações que possuem tais recortes previstas em todos os demais eixos do Plano. Desse modo, resolve-se a dubiedade criada pela aprovação de eixos de natureza distintas, abarcando áreas setoriais (eixos 1 a 9) e grupos específicos (eixos 10 e 11);
- Os eixos 7 (Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade, na floresta com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar) e 8 (Direitos das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais) serão tratados de forma conjunta;
- Devem ser definidos títulos objetivos para os eixos. Os títulos tais como aprovados na II CNPM (extensos e com grande conteúdo explicativo) podem ter seu conteúdo apresentado na forma de subtítulos ou parágrafos introdutórios explicativos;
- Os ministérios deverão fazer um rebatimento das ações do II PNPM com o PPA 2008-2011, **definindo os recursos** previstos para cada ação;
- Os eixos deverão ser menores, contemplando apenas **ações prioritárias** e estruturantes;
- Os grupos deverão considerar os “Acordos Gerais”¹ definidos na Conferência na elaboração dos eixos sob sua responsabilidade;
- Importante que seja feita uma integração do II PNPM à agenda social do governo, ou seja, na construção dos eixos e de suas respectivas ações deve-se levar em consideração as agendas sociais dos ministérios envolvidos que já trazem as ações prioritárias para os próximos anos e que terão garantia de recursos para sua implementação. É necessário, portanto, que os grupos se debrucem sobre este material, o considerem para a construção do Plano e possam ir além do que lá está definido;
- Devem estar previstos nos eixos as ações de responsabilidade dos estados e municípios, de modo que se facilite o trabalho de estadualização do II PNPM.

3.4. Os trabalhos do Comitê ocorrerão sob a estrutura de pequenos grupos de trabalho, organizados por eixos. Deles participam todos os ministérios/secretarias que se manifestaram na última reunião e/ou que tenham interface direta com os temas a serem tratados. Cada grupo

¹ O documento “Acordos gerais” segue em anexo à mensagem.

será coordenado por um ou mais órgãos, cuja responsabilidade será conduzir todo o processo de construção do eixo, convocando as reuniões, sistematizando as discussões e fazendo a interlocução com a coordenação geral dos trabalhos, a cargo da SPM. Foram assim definidos os grupos:

○ **Eixo 1: Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania**

Coordenação: Ministério do Trabalho e Emprego

Integrantes: Ministério do Desenvolvimento Agrário;
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Secretaria da Juventude, da Secretaria Geral da Presidência;
Ministério do Desenvolvimento Social;
Ministério da Educação;
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

○ **Eixo 2: Educação inclusiva e não-sexista, anti-racista, não-lesbofóbica e não-homofóbica**

Coordenação: Ministério da Educação

Integrantes: Ministério da Cultura;
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Secretaria Especial de Direitos Humanos;
Ministério da Justiça;
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

○ **Eixo 3: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, autonomia das mulheres sobre seu corpo com respeito às suas diversidades e especificidades**

Coordenação: Ministério da Saúde

Integrantes: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Ministério da Educação (a definir);
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Lia Zanotta).

○ **Eixo 4: Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres**

Coordenação: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Integrantes: Ministério da Justiça;
Ministério da Saúde
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Secretaria Especial de Direitos Humanos;
Ministério do Desenvolvimento Social;
Ministério das Cidades;
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

○ **Eixo 5: Gestão, Monitoramento, Avaliação, Controle social do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**

Coordenação: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Integrantes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

○ **Eixo 6: Participação política das mulheres e igualdade em todos os espaços de poder.**

Coordenação: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Integrantes: Casa Civil, da Presidência da República;
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

○ **Eixos 7 e 8: “Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade, na floresta com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar” e “Direitos das mulheres à terra e moradia digna, bem como serviços com cidadania, garantindo a qualidade de vida nas áreas urbanas e rurais, considerando as etnias e comunidades tradicionais”.**

Coordenação: Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Meio Ambiente

Integrantes: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Ministério das Cidades;
Ministério das Minas e Energia;
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

○ **Eixo 9: Cultura, Comunicação e Mídia: igualitária, democrática e não discriminatória, não- sexista, anti-racista, não lesbofóbica e não homofóbica, com controle social**

Coordenação: Ministério da Cultura

Integrantes: Secretaria de Comunicação Social – Secom;
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Secretaria Especial de Direitos Humanos;
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

○ **Eixos 10 e 11: “Enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia” e “Enfrentamento das desigualdades que atingem as mulheres jovens, idosas em suas especificidades e diversidades”.**

Coordenação: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Integrantes: Ministério do Desenvolvimento Social;
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
Secretaria Especial de Direitos Humanos;
Secretaria da Juventude, da Secretaria Geral da Presidência;
Ministério do Desenvolvimento Agrário (a definir);
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

4) Cronograma de trabalho:

o Informou-se às presentes que o II PNPM deverá ser lançado, por decisão da Ministra, em 08 de março de 2008. Para que este prazo possa ser cumprido, o Comitê deverá entregar a versão final do Plano no início do mês de fevereiro, tal como definido no cronograma aprovado na reunião e que é apresentado a seguir:

Cronograma de Elaboração do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

[illegible]